

**MINUTA ATA DE
REUNIÃO****N.º ATA**
01/23**DATA**
27/06/23**HORÁRIO**
8h às 12h
13h e 30 às 18h**LOCAL**
Auditório da UERR**OBJETIVO REUNIÃO:**

Instalar espaço de governança da política de REDD+ do Estado de Roraima e iniciar o processo de formação dos membros do GT Social de REDD+ por meio de suas Câmaras Temáticas.

Instituição da Câmara Temática Agricultura Familiar

Assuntos tratados:

Aos vinte e sete dias do mês de junho de 2023, às 8h, no auditório da Universidade Estadual de Roraima - UERR, estiveram presentes representantes de Organizações da Agricultura Familiar, representante do Governo do Estado de Roraima e parceiros, IPAM- Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia e FAS - Fundação Amazônia Sustentável, devidamente identificados na lista de presença anexa a presente ata, para 1º Oficina para discutirmos a Política Estadual de Baixas Emissões com os agricultores(as) rurais. O objetivo foi discutir a política e constituirmos a Câmara Temática da Agricultura Familiar, que compõe o Grupo de Trabalho Social de REDD+. A moderação deu-se no intuito de relatar a realização da oficina, obedecendo o horário comercial das 08h às 12h e das 13h e 30 min às 17h. A metodologia de abordagem do tema na oficina se deu por meio de explicações, perguntas e respostas. A cerimonialista deu as boas vindas aos presentes, agradeceu a presença de todos, fez uma breve contextualização do evento e logo foi formada a composição da mesa de honra para abertura. Também informou sobre o tempo de fala de cada integrante da mesa que foi composta pelas seguintes autoridades: Excelentíssimo Governador Senhor Antonio Denarium; Presidente da FEMARH Senhor Glicério Marcos Fernandes Pereira; Presidente do IATER Senhor Marcelo Pereira; Secretário da SEADI Senhor Márcio Grangeiro; Representante da Superintendência do MAPA Senhora Noêmia Mota de Macedo Hass; Secretário da SEPI Senhor Terêncio Tadeu de Lima Sobrinho. Aberto o momento de fala para os membros da mesa, seguindo o protocolo definido pelo cerimonial, cada integrante destacou a importância do evento para construção deste espaço de participação social. O governador do Estado Antonio Denarium falou “que esta oficina reúne vários segmentos da agricultura familiar para juntos discutir o significado da produtividade com sustentabilidade na perspectiva do desmatamento zero, com consciência ambiental, uma vez que entende que o agronegócio perpassa todos os níveis de produção (agricultura familiar, agricultura indígena e agricultura empresarial), uma vez que todos produzem e colocam comida em nossas mesas e que o trabalho do Governo do Estado é conseguir dobrar a produção, chegando a níveis industriais, mas cumprindo com as legislações ambientais”. Para o Secretário da SEPI “o agricultor deve trabalhar com mais tecnologia e ressaltou que os Povos Indígenas já produzem no lavrado”. Para o Secretário da SEADI, “um dos sete eixos de desenvolvimento sustentável está na gestão ambiental e no conhecimento com a finalidade de assegurar o respeito e a utilização pelas futuras gerações”. O presidente do IATER “disse que a política garante a agricultura familiar e indígena com a participação da sociedade civil organizada que até 2030 sairá do processo de degradação para manutenção do solo em áreas preparadas.” O presidente da FEMARH ressaltou que os índices de redução de

desmatamento vêm diminuindo desde 2019. E discutir a política de desenvolvimento sustentável é essencial para continuidade de projetos de produção já desenvolvidos pelo Governo de Roraima. Nesse sentido, a formação dos grupos de trabalho é muito importante nesse processo de construção da Política Estadual de baixas emissões.” Desfeita a mesa de honra, foi projetado um vídeo sobre o tema “Política Climática no Brasil”. Em seguida foi realizada as apresentações, onde cada participante falava seu nome, a organização que representava e o seu entendimento sobre o tema baixas emissões. De uma maneira geral, observou-se que os integrantes das organizações da Agricultura Familiar possuem pouco entendimento sobre o processo de emissão de carbono na atmosfera, no entanto, reconhecem as consequências e mudanças no seu cotidiano, especialmente as ocorrências de chuvas e secas, bem como as altas temperaturas e salientaram a importância do espaço para aprendizado sobre o tema. Para melhor entendimento sobre a política, a Senhora Raissa Guerra fez uma explanação sobre: O que são mudanças climáticas e por que elas estão acontecendo? Nesse tópico a expositora explicou sobre: o que causa as mudanças climáticas; efeito estufa, que é um fenômeno natural; e quais os fatores que influenciam no aumento do efeito estufa e alteração do clima; mudança no padrão de produção e qualidade de vida do homem do campo; impactos negativos para as populações e comunidades tradicionais, povos indígenas e produtores da agricultura familiar; e como as populações vem enfrentamento essas mudanças, destacando o monitoramento do território, reflorestamento com espécies nativas, criação de banco de sementes, incentivos às práticas tradicionais, como principais mecanismos para contribuir com a redução das emissões. Em seguida, o facilitador Stoney do Nascimento Pinto fez sua exposição sobre: Qual o papel dos países e das comunidades no enfrentamento das mudanças climáticas? O expositor falou um breve histórico das discussões sobre clima a nível internacional, a criação do mecanismo do REDD+, que é um incentivo desenvolvido no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) para recompensar financeiramente países em desenvolvimento por seus resultados de Redução de Emissões de gases de efeito estufa provenientes do Desmatamento e da Degradação florestal, considerando o papel da conservação de estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal (+); as COPs, e os e objetivo traçado de redução das emissões em 37% (trinta e sete por cento) até 2030. Além disso, o histórico do estado de RR na agenda climática, além de abordar como a manutenção das florestas contribuem para amenizar o aumento da temperatura do globo terrestre por meio da manutenção e fixação de carbono. Apresentou exemplos de Programas Jurisdicionais de REDD+, e como diversos atores podem contribuir para o enfrentamento às mudanças climáticas, a manutenção das florestas por meio da sua conservação e manejo dos recursos naturais; maneira como as florestas podem contribuir para regular o clima e manter a temperatura da terra, e na construção de uma Política Pública com a participação comunitária, com a finalidade de auxiliar na resolução dos problemas em relação a redução das emissões, e para isso é necessário o envolvimento dos governos e comunidades tradicionais com foco na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Após a exposição dos facilitadores os participantes fizeram alguns questionamentos como: **“Como as comunidades vão contribuir?”** (Senhora Maria Divina); **“Os incentivos vão ser para quem preserva (obrigação da Lei) ou que preserva além da obrigação legal?”** (Senhora Célia Aguiar); **“Está certo o que o Governo está fazendo? Derrubando caimbé para plantar grãos?”** (Senhora Maria Alves); **“Os grandes conseguem desmatar, mas os pequenos não!”** (Senhor Moais); nesse ponto o Senhor Saymon ponderou **“Cuidado em falar, deve-se observar os relatórios de desmatamento, para separar o legal do ilegal, pois quem executa supressão de forma legal segue as exigências da lei”**; Senhor Moais com a palavra novamente, destacou uma fala da mesa da abertura **“Nós vamos dobrar a**

produção industrial! Isso me preocupou, aonde nós pequenos vamos ficar?”; “Porque somente nós agricultores aqui para discutir? Cadê os empresários que mais desmatam?”, “Os grandes produtores também devem respeitar o clima” (Senhora Maria Alves); “Os agricultores estão desassistidos” (Senhor Andrei de Sobral); “Enfrentamos dificuldade com a documentação das nossas chácaras, o que esse projeto vai poder ajudar na regularização fundiária?” (Senhora Ana Maria); “O que significa REDD+? Qual a sua função? O que é COPs?” (Senhora Ana Maria); “O Governo precisa mudar a forma de governar, muitas reuniões, mas sem efetividade” (Senhor Jose Josenias); “O Governo de Roraima não é para executar agricultura, isso é para o agricultor! Precisamos de capacitação, de facilitar o acesso à tecnologia, mas executar é para o agricultor!”, “As secretarias devem existir para apoiar o desenvolvimento das regiões” (Senhor Jose Josanias); “Encontramos dificuldade para o plantio de mandioca, procuramos ajuda do Governo, mas a resposta é que não tem recursos para isso, somente para a produção de grãos, não olha a necessidade dos agricultores”, “O lavrado está tudo virando soja, não concordamos com a derrubada dos caimbé para plantação de grãos” (Senhora Maria Alves); “A tecnologia ainda não chegou! Como isso vai chegar?” (Senhora Maria Araújo); “Penso que os projetos de manejo é uma forma de regularizar as coisas erradas” (Senhor Jose Josanias); “Temos dúvidas se o recurso vai chegar para o pequeno produtor rural!”, “Como estão pensando em fazer para que esse recurso chegue ao produtor rural?”, “Todo e qualquer processo de REDD+ tem que ser repartido?”, “Governo vem e vai, como vamos garantir a continuidade desse grupo?”, “A proposta do governo é boa, quem garante que vai continuar esse grupo no próximo governo?” (Senhora Célia Aguiar); “De que forma nós 120 agricultores da Vila Barauna, vamos contribuir, uma vez que nossa área é muito pequena e não temos incentivo nenhum?” (Senhora Ana Maria); “Precisa ter projetos diferenciados para os pequenos, porque o projeto de grãos é só para quem tem área abertas, necessita dar mais condições para participação do pequeno” (Senhora Ana Rita); “Na nossa vicinal precisamos de estrada e energia, porque só temos a abertura, os produtores e agricultores daquela região sonham em trabalhar com a fabricação de farinha, porque a região é propícia a essa produção, mas enfrentamos esses problemas e a falta de documentação das nossas chácaras, somos 46 moradores” (Senhora Ana Maria); “A que ponto vocês podem dizer para o governo o que pode e o não pode?”, “Como vocês vão dizer ao Governador que os grandes devem respeitar o clima?” (Senhor Moais); “Precisamos nos posicionar como patrões!”, “Os projetos precisam ser construídos da base e ter governança compartilhada!” (Senhor Jose Josanias); “Parceria da FEMARH para trazer a Ministra Marina Silva ao Estado para conhecer a situação dos Parque Nacional do Virúá, as famílias que lá estão ocupando!” (Senhora Célia Aguiar); “Vamos olhar para o que já fizemos, investir tecnologia para produzir mais na área já aberta e o restante vamos preservar” (Senhor Célio); “Entendo que o REDD+ vem para inovar as produções, as cadeias produtivas! O que fazemos com o capim? Cortamos e queimamos, mas o capim, com a fibra do buriti, com a fibra do açaí podemos fazer artesanato; o REDD+ vem para auxiliar o agricultor a melhorar sua renda sem degradar o ambiente natural, exemplo a produção de tijolos ecológicos” (Senhor Moais). Os facilitadores Raissa Guerra, e Stoney do Nascimento Pinto, responderam as argumentações feitas, frisando novamente sobre a política de REDD+ e qual a sua estrutura; o que são, e qual o papel dos espaços de governança da política, que visam garantir a ampla participação dos diferentes grupos agricultores familiares, indígenas, sociedade civil, povos e comunidades tradicionais, garantindo assim, que o que foi argumentado, dos projetos olharem para a necessidade dos produtores, serem mais inclusivos, seja

sanado, visto que através das câmaras terão espaços para a construção desses projetos. Bem como, espaços para discutir repartição de benefícios, garantido que o recurso chegue na ponta do processo. E é desta forma, que todas as comunidades vão contribuir, discutindo e criando em conjunto com o Governo de Roraima a Política de REDD+. Com relação às demandas levantadas a Senhora Luana Tabaldi, representante do Governo de Roraima, informou que estava sendo elaborado a ata, bem como, posteriormente relatório das oficinas e que ambos seriam encaminhados às demais secretarias para conhecimento e adotar as medidas necessárias para solucionar os questionamentos. Dando prosseguimento a oficina a mestre de cerimônia franqueou a palavra para a facilitadora Luana Tabaldi que expôs sobre “O que é a política estadual de redução do desmatamento e qual o papel da FEMARH?”, dentre os tópicos abordados, tratou sobre o que é o PPCDQ - Plano de Prevenção e Controle de Desmatamento e Queimadas, trazendo uma abordagem a nível Federal (PPCDAm) e linha do tempo do plano estadual, os eixos prioritários e monitoramento do plano, abordando como o Plano contribui para a política estadual, criada pelo Decreto 29710-E 9 de dezembro de 2020, que instituiu a Política Estadual de Impulsionamento do Desenvolvimento Econômico-Ambiental de Baixas Emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal. Este decreto prevê um sistema de governança com a participação de diversos setores da sociedade, tais como os povos indígenas, pequenos agricultores e sociedade civil; além de assegurar o cumprimento de salvaguardas socioambientais que visem prevenir ou minimizar impactos adversos das atividades econômicas, desta forma cria diferentes espaços de participação, um deles o grupo de trabalho social (GTS REDD+), composto por 4 (quatro) câmaras temáticas: i) agricultura familiar, ii) sociedade civil organizada, iii) povos indígenas, iii) povos e comunidades tradicionais), sendo o objetivo das oficinas constituir as mesmas. Foi destacado que o decreto, somente criou três câmaras temáticas, no entanto, as comunidades ribeirinhas e extrativistas tinham ficado excluídas da política, desta forma, o Governo decidiu por criar mais uma câmara, que será inserida na revisão do decreto, este feito em conjunto com o GTS REDD+. Além disso, foi apresentado sobre qual o papel da FEMARH nessas políticas públicas, sendo que a mesma compõe e coordena os grupos de trabalho de REDD+, câmaras temáticas; destacou que o estado deixou de emitir uma quantidade significativa de carbono para atmosfera, uma vez que atingiu suas metas de redução de desmatamento, traçadas no PPCDQ, por isso pode e ser recompensado, mas para isso tem que seguir alguns passos: a) governança, b) monitoramento, c) salvaguarda. Logo após a exposição, alguns questionamentos e contribuições foram feitos: **“Dificuldade para fazer o CAR”** (Senhora Maria Alves); **“A formação das câmaras temáticas será transformada em Lei?”** (Senhora Célia Aguiar), **“Intensificar o conhecimento sobre queimadas que prejudica as plantações no lavrado, fazer capacitação com os agricultores para brigadas no campo”** (Senhora Aldenira); **“Ter mais participação dos órgãos do Governo, ITERAIMA, INCRA, SEADI”** (Senhora Andreidi); **“Em 2017 foram entregues 120 CAR, em 2018 os agricultores tiveram seus CAR cancelados; pode ser cancelado o CAR de um agricultor e oferecer para outro agricultor?”** (Senhora Ana Maria). A facilitadora Senhora Luana, esclareceu os apontamentos, informando que a FEMARH, pode apoiar os pequenos agricultores na realização da inscrição dos imóveis no CAR, e com relação ao cancelamento do CAR, destacou que apenas o Órgão gestor, nesse caso a FEMARH, pode proceder com o cancelamento de inscrições, o que pode ter ocorrido no que foi citado pela Dona Ana, foi retificação do CAR, no entanto frisou que para isso é necessário ter a senha de acesso a central do proprietário/possuidor, mas está a disposição para verificar a situação. Com relação a demanda do cursos de brigadistas, informou novamente que as atas e relatórios serão repassados aos órgãos, mas além disso, verificará a possibilidade da FEMARH em

conjunto com a Defesa Civil, realizar as capacitações. Com relação a argumentação da Senhora Célia, informou que sim, a política de REDD+ será transformada em Lei, com a participação na construção das câmaras temáticas, dentro do GTS REDD+, garantindo assim, continuidade da política pública por diferentes Governos, conforme argumentado pela mesma. Posterior ao espaço de dúvidas, a mestre de cerimônia direcionou os presentes para o almoço, e informou o horário de retorno das atividades às 13 h e 30 min. Após o retorno do almoço, os facilitadores Raissa Guerra e Stoney do Nascimento Pinto aproveitaram para esclarecer o que é um sistema jurisdicional de REDD+ e qual a sua estrutura; o que são qual o papel dos espaços de governança da política de REDD+, principalmente o papel do GTS REDD+, composto por suas câmaras, e o papel das salvaguardas socioambientais. Além de facilitar o entendimento dosicineiros sobre o que é governança no REDD+, conduziram o processo de indicação dos membros da câmara temática, para isso, foram identificadas todas as organizações presentes, no total 25 (vinte e cinco), destas, foi solicitado, quais gostariam de compor a Câmara, para serem definidas as três organizações. Candidataram-se às vagas: **ACAF** - ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE DE AGRICULTORES FAMILIARES DO DISTRITO DE NOVA PETROLINA DO NORTE, **APRUBRS** - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE BANANA DO ENTRE-RIOS SUL, **AMAADCC** - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES AGRICULTORES DA ÁREA DEVOLUTA NO COMPLEXO CAJU, **APROB** - ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS E EXTRATIVISTAS DO BARAUANA, **APRUV** - ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO CUJUBIM E **APRAF** - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS NA AGRICULTURA FAMILIAR, representados respectivamente pelos Senhores(as): Célia Aguiar, Célio Ramos, Aldenira Maia, Saymon Cunha de Oliveira, José Josanias e Ana Rita. Cada representante teve uma fala de 5 minutos, para falar sobre o porquê sua instituição deveria ser a selecionada para representar a agricultura familiar na câmara temática. Posterior a esse momento, teve a votação, onde foram eleitos para essa Câmara Temática: Associação APRUBRS (11 votos), Associação APRUV (5 votos), Associação ACAF (4 votos). Após a eleição foi identificado, que as organizações selecionadas foram todas organizações mais do Sul do Estado, para isso sugeriu-se a ampliação para 4 organizações, uma vez que a quarta mais votada era do Norte do Estado. Em comum acordo, todos decidiram para ampliação para 4 vagas, ficando a Associação AMAADCC (3 votos), com a última vaga. Como encaminhamentos, ficou definido que a FEMARH solicitaria a indicação dos titulares e suplentes para cada associação, e posteriormente a definição do plano de trabalho. Às 17h a mestre de cerimônia agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião. E para constar, eu, Elizabete Melo Nogueira lavrei a presente ata que depois de lida será aprovada pelos membros da CT Agricultura Familiar.

São partes integrantes desta ata: Memorial de Fotos e Lista de Presença.

PRÓXIMOS PASSOS/AÇÕES/PENDÊNCIAS	RESPONSÁVEL(IS)	PRAZO(S)
Organização do Fórum e novas Oficinas	FEMARH	Segunda quinzena de Agosto/2023 ou Primeira quinzena de Setembro/20 23

Oficializar as organizações escolhidas para a Câmara para indicação dos titulares e suplentes	FEMARH	Agosto/2023
Elaborar plano de trabalho da Câmara	Membros da CT	Setembro/2023
Encaminhar relatórios e atas as Secretarias do Governo para atender as demandas pontuadas pelas Organizações	FEMARH	Agosto/2023

Assinaturas:

Técnico

Técnico

FEMARH

MEMORIAL DE FOTOS



Figura 1: Mesa de Abertura.



Figura 2: Momento de Apresentação.



Figura 3: Apresentação do Consultor da FAS, Stoney.



Figura 4: Apresentação da Pesquisadora do IPAM, Raissa Guerra.



Figura 5: Momento de dúvidas e participação dos representantes da Agricultura Familiar.



Figura 6: Momento de dúvidas e participação dos representantes da Agricultura Familiar.



Figura 7: Momento de esclarecimentos das dúvidas e apontamentos.

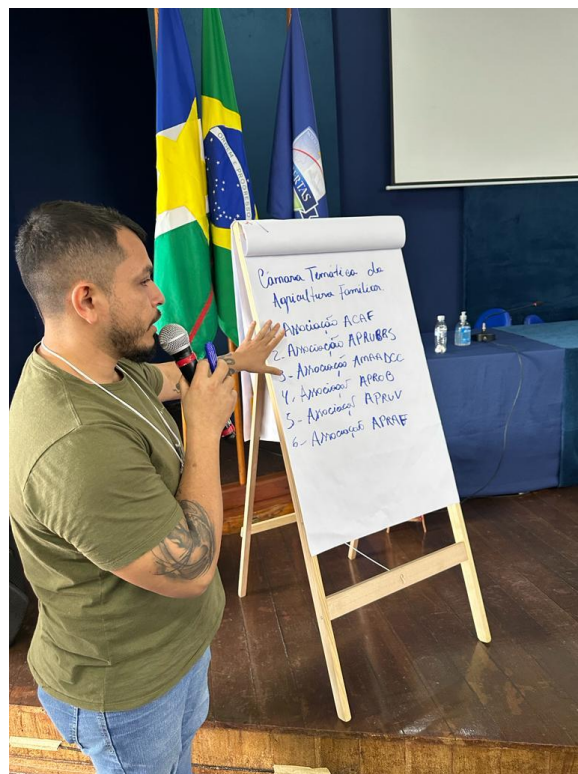


Figura 8: Moderação para definição das vagas para a CT Agricultura Familiar.



Figura 9: Espaço para os candidatos à vaga, explanar sobre o porquê de representar a agricultura familiar na CT.



Figura 10: Momento em que os representantes eleitos, foram agraciados com um brinde.